



## **ESCOLAS DE EMTI: contradições e efeitos no PDDE Básico**

**Regina Maria Duarte Scherer**

reginascherer@yahoo.com.br

Este estudo, cuja pesquisa está em andamento, propõe-se a analisar o uso dos recursos repassados para escolas de ensino médio em tempo integral da rede estadual do Rio Grande do Sul (RS) no período de 2017 - 2021, pelo PDDE Básico e busca investigar quais são os critérios adotados para a definição de uso dos recursos, tanto de custeio como capital. Espera-se verificar como ocorre a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na definição do uso dos recursos do PDDE, bem como as repercussões na ação pedagógica e, se os processos eleitorais, internos e externos, afetam a gestão desses recursos.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1995 e, conforme Mafassioli (2015, p. 2), pode ser “identificado como uma política pública de descentralização de recursos da educação e como uma das políticas de financiamento da União à educação básica, propiciou às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização de recursos públicos.”

O programa de caráter suplementar tem suas condições estabelecidas em resoluções e normativas do FNDE e destina recursos tanto pelo PDDE Básico, como pelas chamadas Ações Integradas: PDDE Qualidade e PDDE Estrutura. Assim, por abranger todas as escolas públicas no Brasil, o PDDE está inserido no cotidiano das escolas públicas brasileiras há 27 anos.

Quanto a metodologia, a pesquisa, de natureza qualitativa, tem como amostra definida um conjunto de cinco escolas que aderiram ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Como fonte para as análises, além de entrevistas com gestores das instituições e a análise documental dos planos de aplicação dos recursos, das atas ou registros com a definição da aplicação dos recursos, são utilizados os levantamentos colhidos junto a dois sistemas de informação de acesso público FNDE. O primeiro é o PDDE Info, que a partir do número de identificação da escola junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP), possibilita identificar os valores repassados para cada uma das instituições e a data do repasse. O outro é o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), no qual, pelo número do CNPJ da Unidade Executora (UEX) é possível verificar a situação das prestações de contas da entidade.

O repasse do PDDE Básico é efetivado para as UEX, que no caso dessas escolas são os Círculos de Pais e Mestres (CPM), sendo que os valores são creditados em conta específica destas entidades.

Os valores referenciais para o cálculo do PDDE Básico consideram o número de alunos matriculados na instituição vinculada a UEX e uma parcela fixa de acordo com a tipologia da escola (rural, urbana ou privada de educação especial). Não entra na composição o número de horas da jornada escolar.

Ao realizar os cálculos para identificar os valores aluno/ano para uma escola de pública situada em zona urbana, com 400 alunos, Viana (2022, p. 4) pondera que, mesmo que seja “um valor pequeno por aluno/ano, o PDDE se constitui como o primeiro e único programa de origem federal que transfere recursos financeiros da União diretamente para gestão de escolas públicas do país.”

Em termos de valores necessários para a manutenção de uma escola que atenda o ensino médio em tempo integral, cabe destacar o estudo realizado por Alves e Carvalho (2019). Nele os autores já indicavam que, em 2018, para atender um estudante de ensino médio em tempo integral, em jornada de 7 horas diárias, o Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) seria de R\$ 8.293,19 aluno/ano, enquanto que a portaria do Fundeb no mesmo ano, para o estado do RS estabelecia R\$ 5.558,05. Ou seja, não basta criar um programa ou alterar a legislação para instituir o ensino médio em tempo integral: há necessidade de muitos recursos para prestar um atendimento com qualidade.

Então, a questão que se apresenta é: quais os efeitos nos recursos do PDDE básico em escolas com EMTI?

Os levantamentos já realizados nos sistemas do FNDE permitiram constatar queda nos valores destinados como PDDE Básico a partir de 2019, ano em que iniciou o atendimento em EMTI, mesmo período em que ocorre a queda no número de matrículas nas escolas que compõem a amostra. Considerando apenas duas das escolas que receberam recursos em todo o período analisado, a queda nos valores foi de 18,82% e 15,08% respectivamente.

Os primeiros contatos com as direções das escolas permitiram identificar entre as mudanças ocorridas nas escolas, a necessidade de mais espaço físico para que os alunos possam ser atendidos nos dois turnos escolares, de modo a efetivar a ampliação da jornada, o que acabou por gerar a redução no número total de alunos da instituição.

Uma dúvida que emergiu durante os contatos com as escolas, diante da expectativa gerada quando da adesão do EMTI: como se dá o acesso aos recursos previstos no programa, visto que a gestão dos mesmos é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e não da direção da escola ou da UEx?

Embora não faça parte do projeto inicial da pesquisa, foi feita consulta aos SiGPC do FNDE para verificar os valores repassados ao RS como parte do Programa de EMTI, a situação da prestação de contas e o acesso aos extratos bancários da conta específica para o repasse dos valores do programa. A partir do levantamento feito até o ano de 2021, foi constatado que houve repasse no período de 2017 – 2020 e que foram executados em torno de 10% dos recursos recebidos. Os repasses foram interrompidos em 2021 e consta no SiGPC o registro quanto a obrigação de prestação de contas o registro é de inadimplente quanto as prestações de contas de 2017, 2018 e 2019.

Foi feito contato com a SEDUC e solicitado acesso a documentos como o Plano de Trabalho e de Implementação encaminhado ao Ministério da Educação (MEC); Relatório e prestação de contas da execução dos recursos recebidos por repasse de Fomento ao EMTI. Mas, não houve êxito na demanda.

Com isso, os extratos bancários disponíveis no SiGPC foram objeto de análise, para verificar a forma de uso dos recursos e os períodos em que os mesmos foram utilizados. Observou-se que em 2017 não foram realizadas despesas e que foram feitos créditos em cinco parcelas pelo FNDE. O primeiro pagamento de despesa ocorreu em abril de 2018 e, de acordo com o levantamento realizado em páginas eletrônicas da própria secretaria, o valor foi referente a hospedagem em hotel para realização de evento com a direção das escolas que selecionadas para o Programa EMTI.

A limitação que a falta de acesso a documentos como, por exemplo, o plano de trabalho encaminhado ao MEC, faz com que haja concordância com o que nos lembram Saraiva; Chagas e Luce (2022), de que, no que diz respeito especificamente aos projetos implementados nas escolas de ensino médio, fica evidente quanto às políticas para esta etapa da educação básica, a prevalência da alternância de projetos.

Talvez isso possa ser resultado da alternância nas gestões estaduais. A opção pela implantação do Ensino Médio em Tempo Integral ocorreu ao término de uma gestão, o que também pode ter contribuído para espécie de interrupção na aplicação dos recursos, visto que pelos extratos em 2020 houve apenas uma movimentação na conta bancária.

Recente reportagem publicada no jornal Zero Hora (2022) apresentava como título: O que já mudou com o Novo Ensino Médio. Embora não seja uma pergunta, ela instigou um questionamento: O que já mudou nas escolas de Ensino Médio que aderiram ao EMTI? Uma primeira resposta é possível apresentar: a redução no número de matrículas dos alunos no EMTI e, por consequência, do repasse de recursos do Programa PDDE Básico e uma segunda resposta poderia ser, que a descontinuidade de projetos, mesmo quando há um compromisso formal firmado entre MEC e SEDUC pela vigência do programa durante dez anos.

Palavras-chave: PDDE Básico. EMTI. Financiamento. Gestão de Recursos

## **REFERÊNCIAS:**

ALVES, Aliny Cristina Silva; CARVALHO, Fabrício Aarão Freire de. Da lógica do gasto à do custo: financiamento do ensino médio integral. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 26, p. 443-463, 2019.

COIMBRA, Vinicius. O que já mudou com o Novo Ensino Médio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 out. 2022. Educação.

MAFASSIOLI, Andreia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 5, 2015.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 419-442, 2022.

VIANA, Mariana Pelege. Comparando os Recursos Financeiros do PDDE com as chamadas ‘Contribuições Espontâneas’ arrecadadas pelas Escolas Públicas. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, 2022.

